Universidades Lusíada

Rodrigues, Elisabete do Carmo Mendes, 1980-
Bonifácio, Horácio Manuel Pereira, 1951-

Expansão urbanística de Alcobaça (anos 50) : contributos para a modernidade

http://hdl.handle.net/11067/410

Metadados

Data de Publicação 2010

Resumo Em meados do séc. XX, os desafios de requalificação urbana apresentados pela globalização foram determinantes no desenvolvimento da povoação de Alcobaça. Nesse sentido, é abordado o processo de estímulo de experiências no domínio urbanístico dado pelas transformações sociais do ponto de vista dos desafios que se colocavam à vila e a forma como esta justifica uma nova ideologia assente num objectivo de embelezamento, voltado para as necessidades e bem-estar da sociedade. Nesta perspectiva, são va...

Palavras Chave Movimento moderno (Arquitectura) - Portugal, Centros históricos - Portugal - Alcobaça, Planeamento urbano - Portugal - Alcobaça, Alcobaça (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FAA] RAL, n. 1 (2.º semestre 2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T08:32:29Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

EXPANSÃO URBANÍSTICA DE ALCOBAÇA | ANOS 50
Contributos para a modernidade

Elizabete Rodrigues
Horácio Bonifácio

Resumo

Em meados do séc. XX, os desafios de requalificação urbana apresentados pela globalização foram determinantes no desenvolvimento da povoação de Alcobaça. Nesse sentido, é abordado o processo de estímulo de experiências no domínio urbanístico dado pelas transformações sociais do ponto de vista dos desafios que se colocavam à vila e a forma como esta justifica uma nova ideologia assente num objectivo de embelezamento, voltado para as necessidades e bem-estar da sociedade. Nesta perspectiva, são valorizados aspectos tão importantes quanto o surto das migrações, o aumento do volume do comércio, o crescimento da indústria, e consequentemente os desafios ambientais colocados pelo acréscimo da pressão demográfica e das actividades económicas, com destaque para os diferentes momentos por que passou este projecto de modernização, e os exemplos marcantes da sua presença, bem como a sua justificação ideológica.

Tais transformações representaram um desafio para o mundo urbano e encontram-se inseridas num contexto de fortes raízes históricas às quais a expansão vem conferir continuidade, sem quebrar as memórias por ela geradas. Esta reflexão pretende constituir uma abordagem ao desenvolvimento urbano da cidade, ao ambiente visual traçado, gerador de uma identidade social que atravessa os tempos.

Palavras-Chave

Alcobaça; Sociedade; Arquitectura/Urbanismo; Movimento Moderno; Centro Histórico; Industrialização; Faria da Costa; Vaz Martins.

Abstract

In the middles of the XXth century, the challenges of urban regeneration presented by globalization were determinate in the development of Alcobaça. In this sense, we've approached the process of stimulating experiences in the urban area considering the social transformation according to the challenges facing the town and how it justifies a new ideology based on a goal of beautifying, toward the needs and welfare of society. In this perspective, some important aspects are valued, as the surge of migration, the increasing volume of trade growth in the industry, and consequently the environmental challenges posed by the increased population pressure and economic activities, with emphasis on the different times of this project of modernization, and the striking examples of its presence and its ideological justification. These changes represented a challenge to the urban world and are inserted in a context of strong historical roots to which the expansion will provide continuity, without breaking the memories it generates. This reflection intends to provide an approach to the urban development and the visual environment, creating a social identity crossing the times.

KEY-WORDS
Alcobaça; Society; Architecture/Urbanism; Modern Movement; Historic Center; Industrialization; Faria da Costa; Vaz Martins.

Introdução

À semelhança do panorama europeu, embora mais tardiamente, a industrialização também impulsionou grandes mudanças na forma de vida da população de Alcobaça, gerando por isso necessidades a todos os níveis. Durante séculos a população viveu presa ao domínio da comunidade Cisterciense, a procurar inspiração num passado, olhando a Abadia como única forma de expressão de um povo. Não obstante o inestimável valor de uma sociedade que nos colocou nos roteiros turísticos a nível mundial e dotou a povoação de saberes e conhecimentos dificilmente atingíveis sem a sua ciência e sabedoria, em pleno séc. XX, um olhar em direcção ao futuro era imperioso dadas as condições gerais do país.

A expansão da vila sempre se tinha visto espartilhada pelas cercas do mosteiro, pela acentuada morfologia do vale e pelas grandes quintas situadas na periferia. Somente após a extinção das ordens religiosas e a consequente saída dos monges da povoação se conseguiu dar o salto e fomentar a regeneração. As circunstâncias criadas pela inovação tecnológica anunciavam grandes progressos ao nível da saúde, higiene e conforto.

A vila reunia grandes condições para a implantação de indústrias. Se por um lado se encontrava próxima das matérias primas que os ricos solos agrícolas possibilitavam e que a comunidade monástica tão bem havia explorado, por outro, estava ainda dotada de uma rede viária favorável ao escoamento de toda a produção.

Certamente, o factor que constitui o verdadeiro sentido da época é o fugaz crescimento do centro urbano. Quando a população rural migra para a então vila em busca de novas oportunidades geram-se dificuldades na sua absorção, pois o ritmo de crescimento é muito superior à sua capacidade de mutação e adaptação. Os fluxos migratórios condenam as populações a viver desenraizadas do seu próprio mundo, desintegradas do seu habitat natural. Desta forma, cresce a consciência de planear e estruturar o futuro da sociedade, voltando a repensar os valores a ela inerentes. O crescimento processava-se desregrado e aleatório, sem uma estratégia de expansão favorável ao desenvolvimento económico. Havia claramente uma débil utilização dos solos. Tornava-se urgente um esforço ao nível da intervenção urbanística perante as transformações e evolução social que se acentuavam, definindo uma qualidade de resposta no sentido de criar soluções ao desenvolvimento e expansão territorial.

Nesse sentido, à semelhança do que se praticava por outras cidades da Europa e igualmente no panorama nacional[1], também aqui se percebe a importância de estabelecer um plano de ordenamento

[1] O planeamento em Portugal emerge sobretudo na década de trinta, num período marcado pela figura do ministro Duarte Pacheco, conhecedor da importância do planeamento na estruturação dos centros urbanos, definindo a implementação de **Planos Gerais de Urbanização** para vários aglomerados urbanos, com a intenção de transformar o país pela criação de uma imagem urbana com a qual o regime se identificasse.
Desencadeada pela necessidade de suportar um conjunto de melhoramentos urbanos que garantissem as transformações sociais, é lançado um diploma onde fixa a obrigatoriedade das Câmaras Municipais estabelecerem planos gerais de urbanização de forma a garantir condições de expansão e estabelecer regras de higiene e de coexistência dos aglomerados urbanos, bem como obrigar a uma visão de conjunto das intervenções públicas e privadas. Estes planos iriam constituir uma base e estabelecer os princípios gerais urbanísticos indispensáveis à orientação dos Municípios, pelo que não deveriam ter lugar quaisquer trabalhos de urbanização sem que estivessem sujeitos ao respectivo planeamento.

estratégico de crescimento e de progresso, que permitisse a requalificação da malha existente e conservasse a continuidade de uma povoação ordenada, que respondesse funcionalmente ao quotidiano de uma sociedade que se adaptava às novas premissas tecnológicas e respeitasse as suas memórias e raízes seculares.

Vila de Alcobaça | Arranjo e Extensão – 1951
Faria da Costa

Em 1945, o arquitecto-urbanista Faria da Costa foi contratado pelo município com o objectivo de elaborar um plano de urbanização da vila. No entanto, devido a desentendimentos não conhecidos, a sua entrega não foi efectivada, sendo a planta que se segue (fig.1) o único registo conhecido do estudo por ele efectuado.

Faria da Costa encontra-se muito próximo de Gröer, numa colaboração que se iniciara em Paris e se prolonga a Portugal. Desta forma, é curioso comparar as semelhanças dos planos concebidos por ambos. No caso da Costa da Caparica, tal como em Alvalade, a estrutura da rede viária delineada por Faria tem por base uma malha reticulada, de dimensão considerável, articulada por uma sucessão de praças, espaços livres e equipamentos, resultando deste processo uma malha compacta e equilibrada. Os traçados de Gröer, embora evoquem a mesma filosofia e expressem semelhantes elementos de composição, são em geral mais livres, utilizando abundantemente a sinuosidade das linhas curvas nos arruamentos secundários, onde se concentra menos tráfego e propondo traçados rectilíneos para os grandes eixos viários, onde existirá mais trânsito e por isso, a linearidade que lhe confere maior fluidez.

As soluções conseguidas ao nível da rede secundária são bastante variadas, talvez pela versatilidade possível se revelem mais imaginativas. Assim, poderá afirmar-se que Faria da Costa se aproxima da *cidade jardim*, enquanto que Gröer se revela mais próximo do urbanismo alemão.

Em Alcobaça, o elemento principal do plano reside na projecção de uma grande Alameda central, que por sua vez desencadeia arruamentos secundários. Aquela, encontra-se ladeada por edifícios dispostos de forma longitudinal, sendo rematada nos topos por duas praças ajardinadas onde se implantam edifícios provavelmente ligados a serviços. Nesta zona parecem estar centralizados todos os edifícios de equipamentos, serviços e comércio, onde se concentram as maiores movimentações que lateralmente se diluem, para dar lugar a arruamentos de menor dimensão desenhados de forma sinuosa, sugerindo adaptar-se à morfologia do terreno e emoldurar os núcleos habitacionais com os espaços ajardinados envolventes.

O desenho da grande alameda enquanto elemento central e organizador de toda a articulação, parece-nos uma evocação clara da *City Beautiful*, onde ao tecido da cidade existente se propõe um conjunto de arruamentos hierarquizados, que compõe uma estrutura formal de perspectivas que transformam o carácter do espaço público e privado da cidade, estabelecendo pontos focais de convergência que beneficiam a perspectiva dos edifícios sociais ou de equipamentos. Os elementos que compõem a paisagem urbana são dignificados, o desenho de conjunto permite uma grande variedade de traçados, articulando espaço público e construção segundo uma visão de integração e complementaridade.

Tal como em muitas outras intervenções urbanísticas da autoria de Faria da Costa, também aqui se estabelece limite ao aglomerado, considerando a proposta como uma obra acabada, sendo que todo o seu crescimento subsequente deverá localizar-se em aglomerados satélite. Na proposta para

Alcobaça é claramente perceptível o limite estabelecido a Nascente e a Poente, zona considerada de expansão.

Será ainda Interessante referir a forma como o urbanista vai buscar referências ao traçado orgânico da cidade antiga para lhe dar continuidade, dentro da mesma filosofia. Este propõe uma malha reticulada, desenhada de forma orgânica e adaptada à topografia acidentada do terreno, desencadeando uma sucessão de praças, jardins, equipamentos e serviços, que se articulam de forma a consolidar a malha e equilibrar o conjunto urbano, privilegiando sempre de forma clara os espaços verdes e ajardinados.

Contudo, tamanho legado não chegou a ser terminado, sendo, como já referido, desconhecidas as razões que levaram à sua não finalização.

Ante-plano de urbanização
João Filipe Vaz Martins

Em 1956 é celebrado contrato com o arquitecto-urbanista João Filipe Vaz Martins, para elaboração de novo plano designado de ante-plano de urbanização. Em 1959 foi submetido a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, mas também este nunca viria a entrar em vigor.

Parece-nos possível afirmar que esta proposta se viu extremamente influenciado pelos trabalhos já efectuados por Faria da Costa, sendo que o ante-plano acaba por ser como que um reafirmar e formalizar da investigação já efectuada, estabelecendo um decisivo valor na definição da estratégia de evolução da malha urbana da vila, deixando uma importante marca na sua fisionomia.

A estratégia vem ocupar-se sobretudo das ruas, praças e jardins, sendo definida a obrigatoriedade de alinhamentos dos edifícios às características das vias, de forma a assegurar adequadas condições de circulação de veículos e pessoas. O privilegiar das vias conduz pontualmente ao pragmatismo dos traçados ortogonais, contudo, dependendo das características do solo, o desenho dos arruamentos secundários adapta-se ao sítio, possibilitando a sinuosidade e a quebra de monotonia. A filosofia inerente passa por conduzir a uma visão de conjunto, de forma a estabelecer níveis de qualidade que se reflectem na produção urbana.

Ocupar-se da povoação de Alcobaça vai dar ao autor a oportunidade de um entendimento integrado do património e revelar o seu posicionamento face a uma cidade histórica. A interpretação da génese do tecido medieval permite-lhe cuidar das patologias detectadas no domínio da insalubridade, sem recorrer a intervenções radicais. A intenção não será destruir, pois isso arrastaria consigo a perda do carácter do local, será apenas preconizar uma intervenção ágil e adaptada, de acordo com as características já existentes, minimizando alguns problemas daquela zona. Nesse sentido, para a constituição do plano foi elaborado um levantamento das várias características da área em estudo, tais como o estado de conservação (**fig. 2**), o tipo de utilização dos edifícios (**fig. 3**), e o número de pisos (**fig. 4**). Os dados foram posteriormente tratados, dando origem a cartas temáticas que caracterizam a área de forma a permitir interpretações da linguagem e das necessidades existentes, para poder posteriormente elaborar uma proposta de intervenção e de expansão, mediante uma estratégia de correcta gestão de recursos e economia urbana.

A observação da carta referente ao levantamento do estado de conservação dos edifícios permite-nos perceber que maioritariamente se encontravam em bom estado, sobretudo os edifícios

implantados na zona nobre da cidade, junto ao mosteiro. Genericamente a população que residia no núcleo urbano caracterizava-se pela sua condição abastada, de origem burguesa, sendo que as classes mais desfavorecidas se distribuíam pelas zonas rurais.

A carta que aborda o tipo de utilização dos edifícios permite-nos referenciar detalhadamente a implantação das indústrias existentes, o que constituiu um factor decisivo no processo de desenvolvimento urbano. De facto, a mancha que cabe ao sector produtivo é sem dúvida de grande dimensão, sobretudo quando comparada com a escala da cidade de Alcobaça. A favorável localização geográfica, juntamente com o atravessamento da Estrada Nacional veio facilitar o acesso por parte dos meios de transporte, tanto para abastecer a cidade de matéria-prima como para auxiliar o escoamento dos seus produtos às várias zonas do país. O transporte foi desde sempre um factor fundamental para permitir a expansão do mercado económico, permitido dessa forma o sucesso das diversas indústrias aí localizadas.

Quanto à carta relativa ao número de pisos, a cidade alternava entre as habitações de um, dois ou três pisos, revelando assim que se tratavam de edifícios de pequenas dimensões e com pouca capacidade em relação à mancha de indústrias que possuía. A morfologia da vila não é das mais favoráveis a nível geográfico, visto tratar-se de um vale rodeado por montes, conferindo-lhe um topografia bastante acentuada e de difícil expansão. A proposta obriga a estudar os métodos adequados à implantação de novos edifícios e ao estudo das suas comunicações, dando forma a uma nova imagem de cidade e de vida urbana, de modo a criar condições para abarcar a classe trabalhadora. A povoação estende-se para Nascente, vencendo assim os obstáculos topográficos, num traçado que vai ajustando a sua geratriz à movimentação do território.

Por entre a necessidade de conciliar os diferentes sub-sistemas, as interacções sociais e transformações económicas, ganha forma uma estrutura de lugares e sítios que proporcionam novas formas de habitar e de viver o espaço urbano, que por sua vez abrem portas ao consumo e consecutivamente à produção e desenvolvimento económico.

Ao analisar a planta de trabalho proposta pelo autor (**fig. 5**), parece-nos ser criada uma subtil mas distinta transição entre a malha urbana existente e a proposta, numa continuidade espacial, deixando claramente subentender que embora em momentos distintos não evidenciam uma ruptura mas sim uma continuidade entre o distinto centro histórico e a cidade moderna. O ante-plano cumpre uma função estruturante que evidencia a coerência paisagística e compositiva que hoje percorremos e desfrutamos.

Na realidade, a proposta revela-se muito completa no que diz respeito ao planear uma cidade para o homem, aprofundando questões tão pertinentes como o conceito de habitar, de trabalhar e de lazer. Um dos temas que nos levam a julgar que Vaz Martins vai de encontro ao estudo de Faria da Costa é a forma como este conduz o traçado do plano. O facto de recorrer às inovações do urbanismo alemão, no que diz respeito à aplicação do zonamento na expansão urbana (Planta de Zonas, **fig.7**), bem como o recurso à experiência inglesa da cidade-jardim, revelam-se estudos de importante desempenho na consolidação da estrutura urbana, sintetizando os novos saberes sobre a cidade. Assim, numa segunda fase, o arquitecto procede à *zonificação* da cidade, definindo a localização das diferentes funções, planificando a ocupação segundo a compatibilidade do solo e interacção do conjunto. A tendência de expansão é analisada do seu centro de gravidade comercial em direcção às encostas circundantes. A vila foi dividida em zonas onde se sugere que apenas seriam permitidas determinadas actividades e onde seriam impostas restrições consoante a sua utilização.

O modelo proposto revela um forte carácter urbano. O aglomerado existente é dignificado através da redefinição de alguns eixos viários existentes, enquanto que a zona de expansão se prende à configuração existente para revelar a sua continuidade, abarcando equipamentos sociais, comerciais e habitacionais, que vêm impulsionar a dinamização não de duas partes erguidas em tempos distintos, mas de um conjunto que se complementa.

Com uma notável inserção urbana, entre a malha antiga e a encosta Nascente, desenham-se os quarteirões que desencadeiam o crescimento e prefiguram a continuidade do desenho urbano, resposta ao imaginário da burguesia e necessidades das classes trabalhadoras. Estas ruas partem do centro histórico, clarificando o traçado da malha já existente e definem toda a sua envolvente expansiva. O urbanista concebe uma estrutura de ocupação favorecendo as linhas de expansão para Nascente e a sua conexão através de uma rede viária apoiada sobre um primeiro eixo libertado do centro histórico e um segundo, que lhe é perpendicular e corrige a direcção Norte. Esta permeabilidade criada disponibiliza e qualifica uma vasta área de expansão urbana enquadrada com o núcleo existente e permitindo o tratamento diversificado do aglomerado.

A adaptação às preexistências, bem como a conjugação das diferentes malhas, dão origem a quarteirões de diferentes configurações, de traçados sinuosos, aparentemente mais livres, valores que sugerem influência de Gröer. Na zona central da vila, a variedade de oferta de lotes decorre da adaptação da métrica e dos traçados. O parcelamento é portanto estipulado caso a caso, conforme as dimensões do quarteirão. Os lotes são geralmente quadrangulares, com frentes de dimensão regular e generosa. A situação de gaveto é invariavelmente valorizada com lotes de maior área, podendo este dar origem a lotes de formas especiais, permitindo um aproveitamento privilegiado da luz natural. O processo de parcelamento confirma a existência de um objectivo principal, o de disponibilizar terreno edificável, seguindo um cuidado de equilíbrio na expansão urbana.

Desta forma, à semelhança do modelo desenvolvido na Alemanha por Haesler[2] para casas dispostas em fileiras e denunciando as influencias do urbanismo alemão, o ante-plano de Alcobaça prevê dois núcleos habitacionais, seccionados em lotes onde as moradias surgem enfileiradas, considerando um espaço para ajardinamento na frente de rua e um espaço destinado a horta na parte de trás das casas.

Por um lado, a Norte, é projectado um traçado ligeiramente exíguo, onde se prevê a construção de moradias isoladas em lotes ajardinados, prevendo várias tipologias e orientações solares. Noutro registo, a Poente, é proposto um traçado de forma orgânica, modelando-se consoante a morfologia acidentada do terreno, voltado para o Mosteiro, sugerindo-se outra zona habitacional, com as mesmas tipologias de moradias em lote, contemplando ainda uma praça com lugar para um hotel de turismo **(fig. 10).**

O formalismo dos novos espaços centrais contrasta com a flexibilidade das áreas residenciais periféricas. Vaz Martins acabou assim por conceber uma tipologia múltipla e abrangente das zonas habitacionais, gerando uma hierarquia de ruas arborizadas, com dimensões adequadas à ventilação e penetração da luz. Define ainda uma cércea média de dois pisos, resultando numa utilização do solo de baixa densidade, em complemento com as áreas centrais mais densificadas. O urbanista estabeleceu uma tipologia variada de padrões habitacionais, segundo a maximização do uso de luz, ventilação e áreas verdes. Estes modelos gerados articulam-se, por sua vez, com os arruamentos, também estes hierarquizados segundo o seu dimensionamento.

[2] FRAMPTON, Kenneth - *História critica da arquitectura moderna,* Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2008, p.164

Em relação ao núcleo antigo a proposta também prevê alguns alinhamentos para as ruas, sem que estas percam a sinuosidade que lhe é característica (fig. 7). No sentido de facilitar a circulação urbana prevê o prolongamento da rua Eng.º Duarte Pacheco até à rua Eng.º Bernardo, a intercepção da Rua Alexandre Herculano com a Rua Dr. Brilhante, e ainda um atravessamento complementar da rua Frei António Brandão, a desembocar na Praça Dr. Oliveira Salazar. O facto de se anular estes momentos de impasse proporciona-se maior fluidez nos percursos e ao mesmo tempo permite-se que todos os lotes estejam dotados de iluminação natural e arejamento.

O plano define uma base morfológica para o crescimento equilibrado e regrado. O que antes se desenhava como um amontoado de casas dispostas aleatoriamente pelo território, contempla agora uma malha estruturada, que sectoriza as diferentes actividades que compõe a cidade, bem como a sua interdisciplinaridade e o seu uso no quotidiano da sociedade, através do controle de uma pensada estrutura expansiva.

A área de expansão proposta ultrapassa grandemente as necessidades do conjunto urbano, factor bastante usual na época, devido às fortes expectativas de desenvolvimento. A proposta dos numerosos e diversos equipamentos e serviços envolvidos por espaços verdes são um claro sinal disso.

A grelha urbana definida confere significado aos espaços, cria eixos orientadores, proporciona a vivência das praças, dos espaços públicos, de lazer e dos jardins, proporciona ainda continuidade à fusão entre os espaços habitacionais e o comercio, tal como se presencia no centro histórico. Cumpre-se uma função estruturante, condutora de ambiente arquitectónico, onde se evidencia a coerência paisagística e compositiva dos edifícios.

Relativamente aos arruamentos, para além de estabelecer uma hierarquia segundo a importância de cada via na organização do espaço público, o urbanista delineia e adapta a estrutura viária ao território existente. Os arruamentos deixam de ser meros corredores entre construções, por onde se precipitam os mais variados elementos, sendo, neste momento, a rua considerada como um prolongamento exterior da habitação, passando a introduzir a separação entre a rede viária e o espaço destinado aos peões, constituindo os passeios a correcta transição entre os edifícios e o exterior **(fig. 9).** Desta forma, o espaço revela-se mais organizado e limpo, permitindo que as pessoas desfrutem calmamente do ambiente social. Contudo, de forma a concretizar a articulação com os aglomerados vizinhos e denotando a necessidade de aliviar o trânsito da zona nobre da cidade, é ainda efectuada uma proposta no sentido de desviar a Estrada Nacional que atravessava a cidade no seu coração, para se delinear o traçado sobre as encostas que envolvem a cidade de Norte a Sul, criando assim a ligação a Nazaré, Leiria e Lisboa. O desenho alternativo à Estrada Nacional é acompanhado ao longo de toda a sua extensão por uma *zona rural de protecção* (fig. 6).

Este conceito foi abordado por Gröer e Le Corbusier de modo diferente. No entanto ambos o defenderam na sua forma de fazer cidade. Para Gröer, o estabelecimento de uma "*cintura rural de protecção"* restringirá a dimensão territorial e demográfica da cidade. Pretende-se que a cidade não cresça desmesuradamente pela anexação de territórios vizinhos, assim, o urbanista estima o limite máximo da população da cidade e delimita a sua extensão máxima. A contenção da mancha urbana vem a ser consagrada no Plano Director pela demarcação de uma zona rural com três quilómetros de largura em torno da cidade.

Le Corbusier reflecte acerca da zona de protecção que as cidades industriais devem prever, ou seja, nas sua extremidades deverá reservar-se uma faixa de terreno livre, conservado no seu

estado natural, para mais tarde, em condições devidamente justificadas, e apenas se estritamente necessário, se poder aí instalar equipamentos e instituições, favoráveis à *revitalização* da cidade. Estes constituirão um benefício à dinamização do aglomerado antigo. Tal beneficio se verificará recíproco, na medida em que também os novos aglomerados irão tirar partido do potencial simbólico presente no centro histórico[3].

Parece que Vaz Martins vai buscar um pouco da filosofia de ambos, todavia adaptada às especificidades da cidade de Alcobaça. Prevê a demarcação da zona rural de protecção, não com o intuito de travar o dimensionamento do território, mas sim de regrar o seu crescimento, sem que se faça de forma dispersa. Sugere ir de encontro às filosofias modernistas, julgando um futuro devidamente salvaguardado pela correcta revitalização.

Podemos ainda referir-nos à forma como são trabalhados os espaços verdes. O conceito inerente à cidade jardim influenciou o arquitecto urbanista que constituiu o plano. De facto, a mancha que cabe a *Espaço Livre* inserida na malha urbana destinada a jardim compreende uma área bastante abrangente, talvez equiparada à mancha destinada a *Zona Mista,* que compreende as diferentes áreas de habitação, comércio e serviços. A cidade parece apoiar-se na vegetação, para garantir o descongestionamento conferido pelas massas construídas, metodologia usualmente utilizada por Gröer, no sentido de proporcionar uma articulação entre as diversas áreas de forma harmoniosa. Se a Sul se propõe uma área destinada à implantação de quarteirões de blocos habitacionais, a ladeá-los encontram-se vastas zonas verdes de ajardinamento, seguidas na encosta Norte da zona residencial de moradias.

A reflexão e a consciencialização das carências e características da cidade permitem anotações e estudos de forma a conseguir melhoramentos. O plano foi ponderado e as anotações sugeridas revelam já algumas condicionantes no sentido de aprofundar o estudo de certas zonas e rectificar outras que não estariam correctamente localizadas, tal como é o caso da zona administrativa, onde se localizam o edifício da Câmara Municipal, o Palácio da Justiça, a casa dos Magistrados e o Grémio Lavoura, que havia necessidade de relocalizar (fig. 8).

O ante-plano poderá traduzir-se como um conjunto de relações entre os elementos, revendo o conceito de cidade vivida, onde as vias se coordenam como eixos distribuidores e comunicantes, potenciando a convivência de todas as partes. A interacção dos diferentes sectores de actividades, em articulação com o espaço exterior, potencia a sua valorização e fomenta a vitalização da comunicação humana.

A diversidade do traçado, revela uma grande facilidade de orientação e sobretudo a capacidade de descrever e decifrar as suas diferentes partes. Contudo, apesar do indubitável valor que representava para a cidade, nunca chegou a fase de aprovação. No contexto nacional, passado o impulso inicial os prazos de apreciação por parte da Administração Central alongam-se e estes vão perdendo eficácia no local. As comparticipações são reduzidas e o valor das remunerações começa a ser extremamente limitativo, os arquitectos-urbanistas acabam por se desinteressar destes projectos, sendo frequentes situações de abandono.

Julga-se que a morosidade deste processo deitou por terra a finalização do estudo bem como a sua aprovação. Porém, muitas das sugestões reflectidas foram tidas em conta e realizadas no local. Apesar de algumas alterações, julga-se devidamente salvaguardada a identidade do conjunto urbano, sobretudo a permeabilidade que se conferiu entre o núcleo antigo e o moderno, que se

[3] Le Corbusier, *Maneira de pensar o urbanismo*, 2008, pp 101

revela talvez como um dos factores mais importantes neste contexto, a sua intenção vai permitir que a cidade interaja como um todo, integrada no seu enraizamento.

Considerações Finais

Parece-nos legitimo afirmar que, embora nunca tenha entrado em vigor, o ante-plano de urbanização aqui apresentado se revelou estruturante à expansão de todo o conjunto e respectivo desenvolvimento urbanístico. É, sem dúvida uma importante tentativa de aproximar Alcobaça aos critérios modernos da época, mas que não foi efectivado, constituindo-se, no entanto como um factor influenciador no desenvolvimento urbano e arquitectónico posterior do aglomerado.

Desta forma, as opções metodológicas consideradas no presente estudo não se enceram em si mesmo. Pretendem apenas salientar a forma como a então vila se transforma para abraçar a modernidade, abordando a perspectiva ideológica enquanto directriz impulsionadora ao desenvolvimento urbanístico.

Porém, a cidade encontra-se repleta de muitos outros exemplos, que se manifestaram em meados do século passado, que pautam de grande singularidade e harmonia o contexto urbano, reflexo de uma sociedade que elege o futuro.

Julga-se, porventura, que muito mais haverá para clarificar acerca das transformações que as premissas urbanísticas aqui expostas vieram a desencadear.

Por tudo isso, julga-se pertinente o desenvolvimento de estudos aprofundados, no sentido de explorar todo o legado sugerido pela passagem do movimento moderno. Apreender a qualidade do ambiente visual proporcionado, indo de encontro à imagem mental que a sociedade conserva.

Créditos Fotográficos

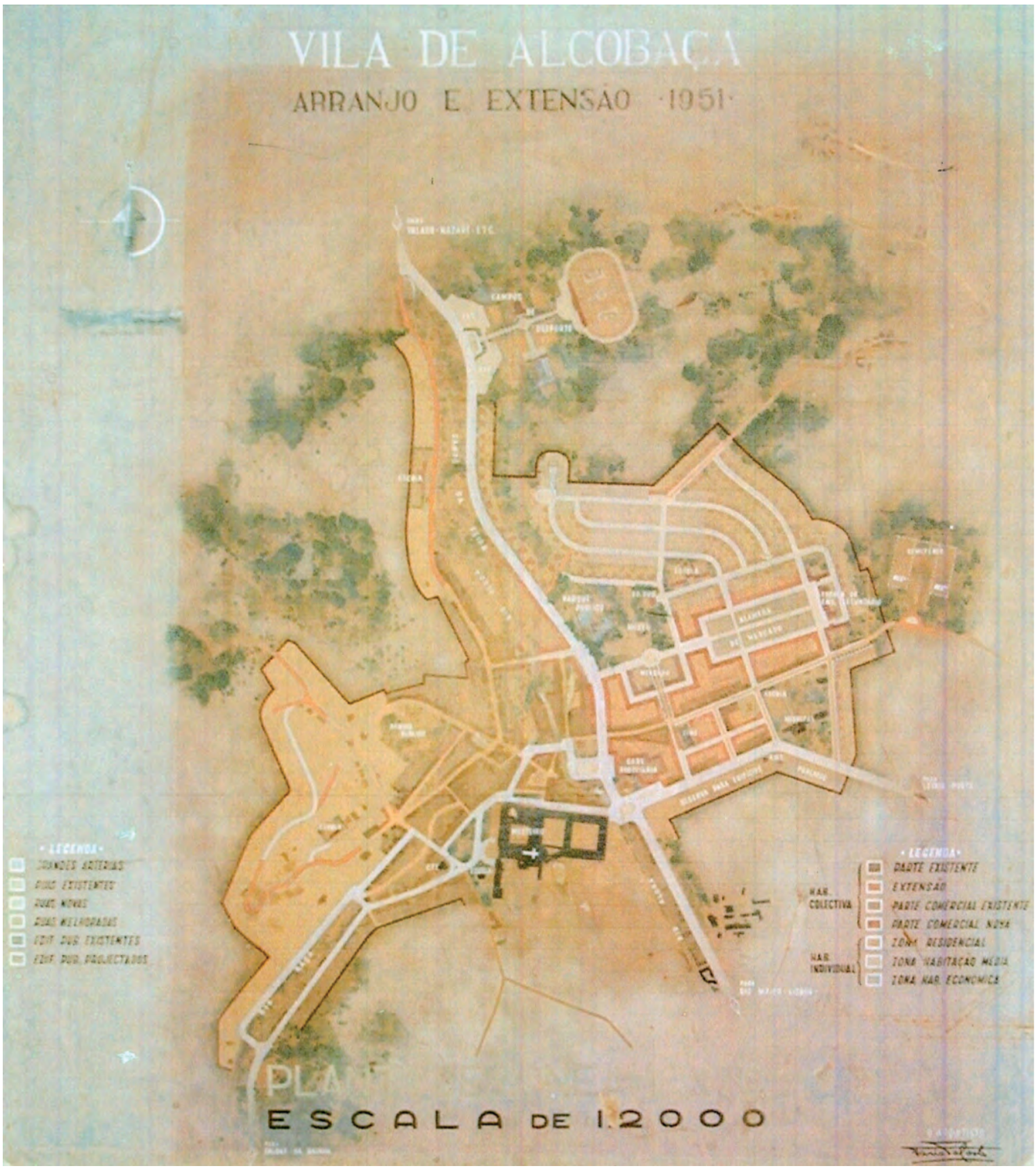

Fig. 1 - Vila de Alcobaça Arranjo e Extensão – 1951, Proposta de Faria da Costa
Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

Fig. 2 - Ante-plano de Urbanização | Planta do existente - Estado de Conservação
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

Fig. 3- Ante-plano de Urbanização | Planta do Existente - Utilização dos Edifícios
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

Fig. 4 - Ante-plano de Urbanização | Planta do Existente - Nº de Pisos
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

Fig. 5 - Ante-plano de Urbanização | Planta de Trabalho
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

Fig. 6 - Ante-plano de Urbanização | Planta de Zonas
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

Fig. **7** - Extracto da Planta de trabalho
Redefinição do traçado das ruas existentes

Fig. 8 - Ante-plano de Urbanização | Planta de apresentação (com anotações)
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

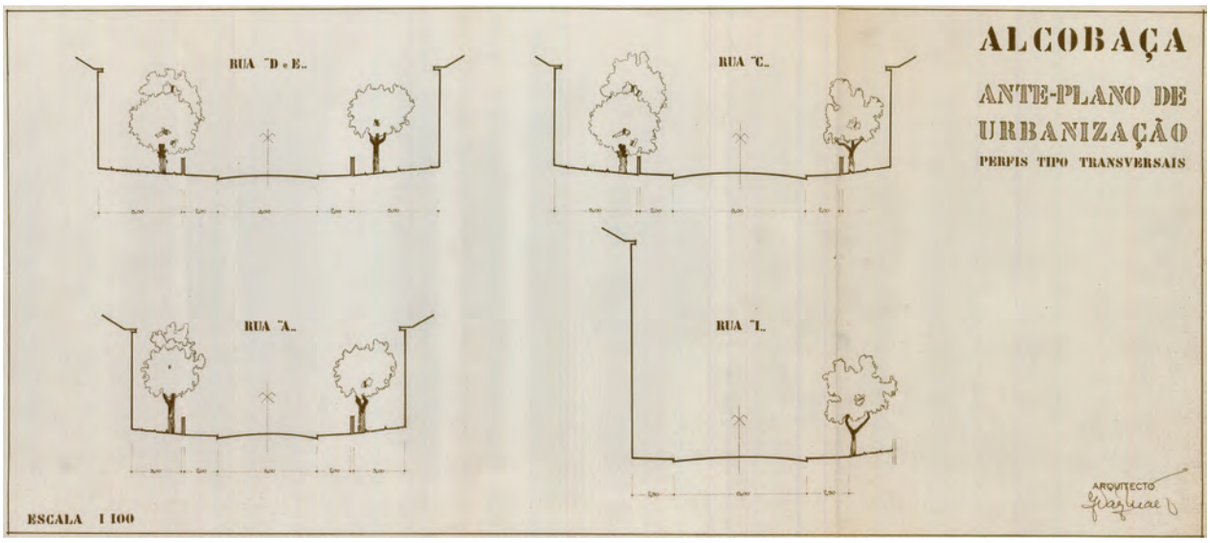

Fig. 9 - Ante-plano de Urbanização | Perfis tipo Transversais
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

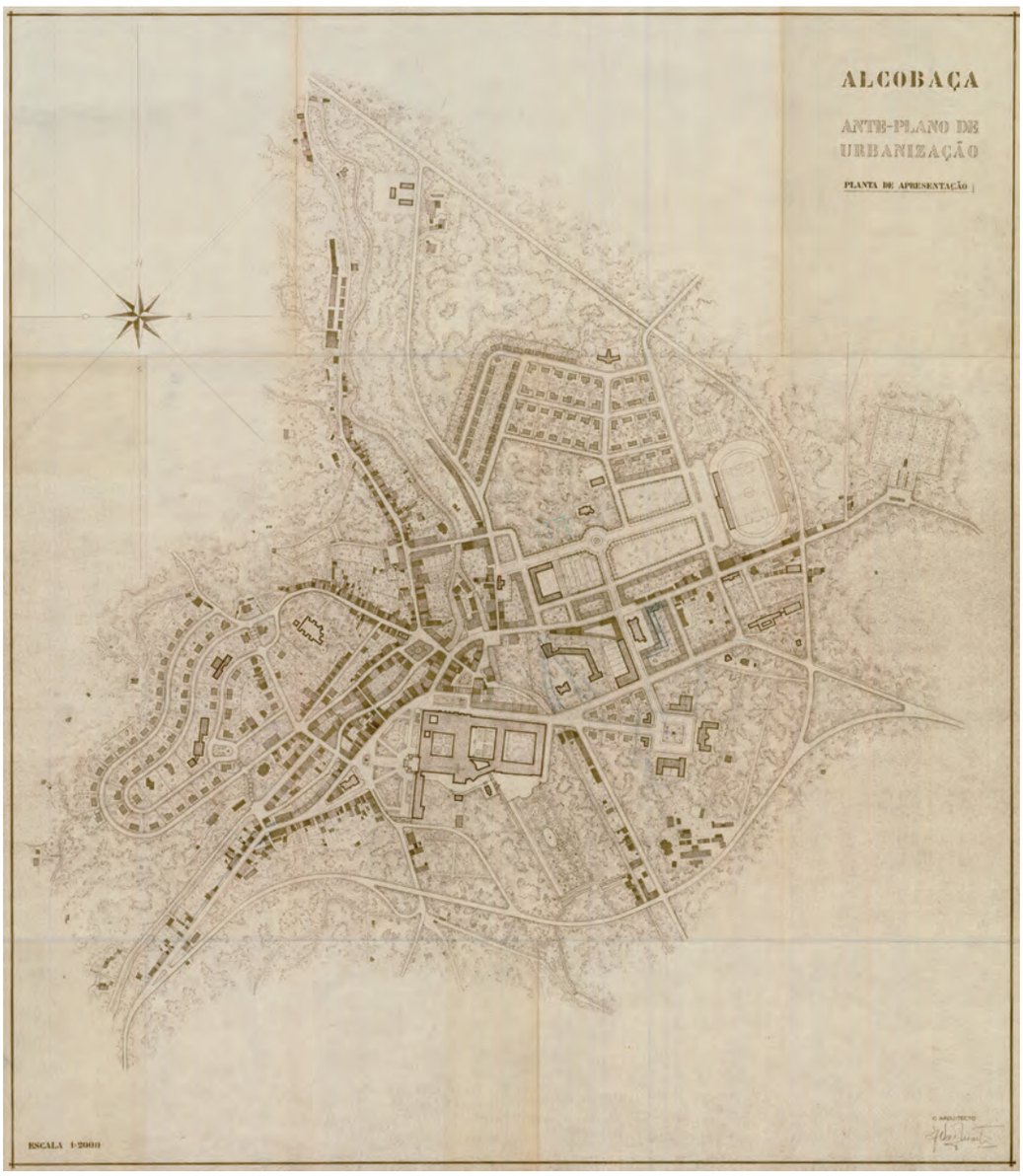

Fig. 10 - Ante-plano de Urbanização | Planta de apresentação
Arq. João Vaz Martins, Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça

Fontes Documentais

- Arquivo da Câmara Municipal de Alcobaça;
- Arquivo Biblioteca Municipal de Alcobaça;
- Plano Director Municipal de Alcobaça;
- Carta de ordenamento da cidade - 1/5000 – CMA;
- Estudo para o Plano de Urbanização de Alcobaça, 1954 – Faria da Costa, CMA;
- Estudos para o Ante-Plano de Urbanização de Alcobaça, 1954 – Vaz Martins, CMA.

Bibliografia

- RODRIGUES, Elisabete do Carmo Mendes, (2010) - *A manifestação da Arquitectura Moderna no Centro Histórico de Alcobaça | Anos 50 – 60*, Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura, Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada de Lisboa, Março 2010, 156 pp.
- *1º Congresso Nacional de Arquitectura - Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos de Congresso* – Sindicato Nacional dos Arquitectos, com ensaios de Ana Tostões, Ana Isabel Ribeiro, Francisco Silva Dias, Nuno Teotónio Pereira – ed. Ordem dos Arquitectos, 2008.
- BARBOSA, Pedro Gomes e MOREIRA, Maria da Luz – *Seiva Sagrada, a agricultura da região de Alcobaça, notas históricas,* edição: Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça, 2006.
- Le Corbusier - *Maneira de pensar o urbanismo.* Publicações Europa-America, 2008.
- LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco* - Porto, GDGOTDU/ FAUP Publicações, 1995.
- Relatório da actividade e das contas da Câmara Municipal relativamente aos anos de 1953 a 1960, Câmara Municipal de Alcobaça, [s.ed.].
- FRAMPTON, Kenneth - *História critica da arquitectura moderna,* Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2008.

Elisabete do Carmo Mendes Rodrigues

Nasceu em Caldas da Rainha, a 20 de Maio de 1980. É arquitecta pela Universidade Lusíada, em 2003 e mestre pela mesma universidade, em 2010.

Trabalha desde 2004 no Município de Alcobaça, tendo vindo a desenvolver projectos de arquitectura nas mais variadas áreas. Em 2005 elabora o projecto da Extensão de Saúde de Vimeiro e o projecto do Gimnodesportivo de Évora de Alcobaça, no ano seguinte é convidada a elabora o projecto para a Extensão de Saúde de São Martinho do Porto. Em 2007 e 2008 colabora na elaboração da carta de património, integrada no processo de revisão do PDM, efectuando o levantamento do património do concelho e respectivas fichas descritivas, em articulação com o IGESPAR. Em 2009 projecta o lar de 3ª Idade para a Cela e paralelamente projecta o Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial acoplado, edifício de apoio a pessoas deficiente, que tem vindo a desenvolver até à data. Paralelamente desenvolve ainda projectos a nível particular.

Horácio Manuel Pereira Bonifácio

Nasceu em 1951. É Licenciado em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Doutorado em Arquitectura (especialidade História da Arquitectura), pela Faculdade de Arquitectura da UTL, com uma dissertação sobre os arquitectos portugueses da 1º metade do séc. XVIII.

Foi docente da Faculdade de Arquitectura de Lisboa desde 1978, encontrando-se com licença sem vencimento, a partir de 2001. Desde 1993 é Professor Catedrático, da área de História, no Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada em Lisboa e no Porto.

Tem participado em diversos Congressos e reuniões científicas em Portugal e no estrangeiro.

Tem vários trabalhos publicados na área da História da Arquitectura, portuguesa do séc. XVI, XVII e XVIII.

Desempenhou funções de gestão na Faculdade de Arquitectura e é actualmente Secretário do Departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa.